

Teoria da Convergência e a Democratização da Mídia

Vanessa Azambuja de Carvalho

Resumo: A Teoria da Convergência (TC) não é um assunto novo nos meios de comunicação. Ela já é vista até como uma alternativa para que o poder, na área da comunicação, possa se colocar na mão de quem consome a mídia. O foco sai do meio e se volta para a mensagem, e na mensagem se pergunta sobre quem a constrói. Esse trabalho tem como tema central a Teoria da Convergência como uma das ferramentas na produção da democratização dos meios de comunicação. Analisa as manifestações culturais e as práticas educativas, definindo a nova estrutura da mídia, centrando o olhar na Teoria da Convergência, e em suas três principais acepções. A partir daí, ressalta a idéia de Mídia Social como consequência da TC e como um caminho para uma democratização das comunicações. Assume o conceito de democracia a partir da concepção de Herbert de Souza, o Betinho, com seus cinco princípios de uma democracia verdadeira. Finaliza fazendo considerações acerca da visão revolucionária pela qual a Mídia Social, como consequência da TC, gera possibilidades da realização de uma verdadeira democracia no espaço cibernético.

Palavras-chaves: manifestações culturais, práticas educativas, Teoria da Convergência, Mídia Social, democracia.

Introdução

O Mutirão da Comunicação da América Latina e Caribe faz uma proposta de dialogarmos sobre comunicação para construirmos uma sociedade comprometida com a justiça, a liberdade e a paz. Fala de termos conceitos e princípios fortes, essenciais para uma vida mais digna. Mas o que comunicação tem a ver com justiça, liberdade e paz? Comunicação vai além do ato de falar, de conversar; a comunicação transforma, é a base das relações humanas. E a mídia, como comunicação, tem fundamental importância na nossa sociedade, ela influencia na construção da realidade. Ela determina o que é correto e o que é errado, postula as discussões a serem feitas no cotidiano e ainda se configura como um novo personagem das nossas relações. Ou seja, constrói a sociedade. Sendo assim, para nos propomos a dialogar a respeito de um novo paradigma de sociedade, uma sociedade permeada por uma relação fraterna e de solidariedade entre os sujeitos, é necessário pensarmos sobre a mídia, sobre os meios de comunicação. Dito isso, temos uma proposta a fazer. Esse trabalho propõe que possamos pensar juntos em maneiras de implantar a democracia nos meios de comunicação, fomentar uma mídia mais democrática. Partimos da premissa de que na democracia se baseia a luta pela transformação, na idéia de que a democracia é o início de

todas as coisas, a pedra angular de uma sociedade justa. Dito isso, propomos uma ferramenta para a democratização dos meios de comunicação: a Teoria da Convergência.

A TC não é um assunto novo nos meios de comunicação. Ela chega até mesmo a ser vista como uma alternativa para que o poder possa se colocar na mão de quem consome a mídia. O foco sai do meio e se volta para a mensagem, e na mensagem se pergunta quem deverá ser o autor dessa mensagem. Nessa acepção da TC a mensagem seria o centro da atenção. Como determinar o meio pela qual o conteúdo deve ser transmitido? Para tal tarefa devemos conhecer a mensagem, conhecer os fatos, as informações, as definições e as histórias que nos propomos contar. O sujeito compreende melhor as mensagens quando lhe dão informações de qualidade e em quantidade a respeito dela. Quanto mais informações o sujeito possui, mais conclusões ele pode tirar a respeito da mensagem, assim a compreenderá melhor. O acúmulo de diferentes pontos de vista leva o sujeito a construir o seu próprio fio condutor que o ajuda a compreender aquilo que lhe interessa transmitir. Nisso, a Teoria da Convergência surge como alternativa para termos disponíveis grandes quantidades de informações, pois ela oferece a possibilidade de partilhar a informação, promovendo a importância da variedade de pontos de vista acerca da mensagem. Portanto, esse novo paradigma na mídia proporciona um espaço amplo de dados, um espaço para a busca de saberes socialmente construídos e partilhados.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Artigo 221, ressalta os princípios que devem seguir e quais mensagens devem ser valorizadas:

“A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:
I- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
II- promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
III- Regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
IV- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988).

A Constituição não fala a respeito da Internet (principal espaço da TC), porque há 21 anos a realidade da rede mundial de comunicação era completamente diferente do que é hoje.

Mas podemos supor que os tipos de mensagem que a Internet veicula deve também ser os mesmos que a Constituição determina para rádio e televisão.

Sendo assim, a nossa própria Constituição, que se diz se fundamentar em uma forma de governo democrática e justa, propõe que os princípios fundamentais dos meios de comunicação sejam: a promoção da cultura brasileira e o caráter educativo de sua programação. Ou seja, eles devem ser um espaço para mensagens com ênfase nas manifestações culturais e nas práticas educativas. Portanto, encontramos uma resposta para a pergunta de como conhecer as mensagens que devemos transmitir: devemos partir da lógica de que elas são exemplos de valorização da cultura e da educação. Uma sociedade democrática, que em sua lei maior reflete acerca da importância dessas duas instâncias, deve possuir meios de comunicação que sejam cultivados e administrados de maneira democrática. E o que seria a democratização dos meios de comunicação? Propomos que a democracia que deveria ser compreendida e atuada pelos meios de comunicação poderia ser a concepção de democracia de Betinho, que é aquela que melhor se encaixa à luz da promoção de uma cultura solidária, na construção de uma sociedade mais justa. Democracia para o sociólogo só existe se proteger e incentivar cinco princípios essenciais: liberdade, participação, diversidade, solidariedade e igualdade.

Buscamos percorrer o seguinte fio condutor: 1) Definimos os termos que usamos ao discutir as manifestações culturais e práticas educativas. 2) Após, definimos a nova estrutura da mídia, centrando o olhar nas diferentes acepções da TC, e em como ela propõe um fazer coletivo da comunicação. 3) A partir daí, ressaltamos a idéia de Mídia Social como consequência da TC e como um caminho para uma democratização das comunicações; é nesse momento do texto que exploramos a idéia de resistência. 4) Em todo esse artigo falamos em democracia, conforme a concepção de Betinho, mas aqui explicitamos os seus cinco princípios de uma democracia verdadeira. 5) Concluimos, então, discutindo a visão revolucionária pela qual a Mídia Social, como consequência da TC, gera possibilidades da realização de uma verdadeira democracia no espaço cibernético.

1) Sobre manifestações culturais e práticas educativas

Manifestações culturais são ações que podem destacar a vida de sujeitos, e podem ser atos políticos, com a intenção de promover relações mais humanizadoras; seriam as expressões de um povo, o povo falando de si, mostrando a que vem. Fomentar a cultura de uma nação, de uma região ou de um grupo de sujeitos é uma práxis por si só emancipatória. Quando damos a possibilidade aos sujeitos de se comunicarem e se verem no espelho que eles mesmos construíram, podemos levá-los a questionar práticas, questionar valores, em prol de uma busca constante de uma sociedade melhor. Não melhor por ser a mais tecnologicamente desenvolvida, por ser a mais rica, a mais competitiva. Mas melhor por ser uma sociedade que tem como objetivo uma cultura de solidariedade, paz e justiça, visando a construção de sujeitos dignos.

E nesse contexto, o que são as práticas educativas? Esse trabalho pressupõe um educar segundo a pedagogia da autonomia de Paulo Freire, em que educar seria fazer a pergunta, seria colocar o foco no educando, fazer com que ele tenha possibilidade de tomar a história em suas mãos e modificá-la. Para Guareschi (2005, p. 24), “a etimologia da palavra ‘educação’, que vem do latim, significa: *e* quer dizer ‘de dentro para fora’ e *ducere* significa ‘conduzir, trazer’”, ou seja, educar é facilitar o processo do próprio sujeito de trazer para fora, respostas e percepções que estão dentro dele. Respostas que podem não ser corretas, mas são aquelas que o sujeito pode encontrar. Portanto, conforme o autor, o papel do educando seria então de “ser sujeito do seu próprio aprendizado; não é mais um objeto”. Guareschi (2005, p. 23) mostra que essa maneira de ver a educação, o ato de educar faz parte de um modelo dialogal (libertador) de ensino, e a prática, nesse modelo, “supõe pessoas singulares, irrepetíveis, únicas”. Sujeitos com as rédeas das suas vidas nas mãos.

Sendo essa a prática que defendemos como uma ação de libertação, que só pode ser feita na experiência, julgamos que a Teoria da Convergência é um dos ambientes ideais para a efetivação de um processo de educação, no qual o sujeito deve procurar, investigar, buscar razões (GUARESCHI, 2005). Nesse espaço ele terá disponível a seu alcance inúmeras informações sobre os mais diversos assuntos e vários lugares de diálogo, de troca e de participação. Participação que também é força criadora, força que promove a cultura, que incentiva manifestações culturais, como um ato de empoderamento. Para se compreender melhor essa idéia, essa defesa da TC como espaço para práticas educativas, vamos, a seguir, esclarecer o que é Teoria da Convergência e qual o seu papel na cultura.

2) Teoria da Convergência como ferramenta para manifestações culturais

O que decide o futuro de um país, seu destino, seu caminho, seu horizonte, é a cultura. As formas com que nos comunicamos, transmitimos o conhecimento, é parte crucial da cultura. Buscar expressar-se em palavras, como maneira de fazer política, de viver nas relações cotidianas dentro de uma ética, gera um tipo de cultura que sustenta o valor da vida, o valor do sujeito como cidadão. Pensar em cultura seria promover a humanidade nos sujeitos, conscientizar neles o poder de suas escolhas, de formular opiniões, declarar idéias, de produzir definições. Incentivar a cultura gera uma revolução na reflexão do mundo que nos rodeia. Instigar a fome pelo saber é o ato de fazer a pergunta. É o ato de educar. E que melhor maneira de educar do que colocar nas mãos do sujeito subsídios para responder as perguntas? Propiciar ao sujeito os mais variados saberes, dar a possibilidade de procurar as informações que deseja, de que necessita para, a partir dessa busca, fazer uma análise própria que gere novas informações, novas conclusões, novas revoluções. O educador e os ambientes culturais devem ser facilitadores do processo.

No mundo contemporâneo, essas informações, esses subsídios do saber, estão expostos em um espaço virtual, em uma rede de informações: o Espaço Cibernético. Ele está disponível na Internet, na rede mundial de comunicações. As várias acepções da TC podem se constituir em excelentes formas de se entender esse espaço cibernético, de pensá-lo como uma ferramenta de compreensão da comunicação dinâmica e participativa que está se estabelecendo nos dias de hoje.

Pudemos distinguir ao menos três acepções, que se complementam, de Teorias da Convergência. A primeira designa a possibilidade de haver vários meios de comunicação em um só aparelho. Já a segunda afirma que “convergência” vem ressaltar a possibilidade de transmissão de um mesmo fato a partir de muitas linguagens possíveis. A terceira, que é a que mais nos interessa aqui, e que é discutida por Jenkins (2008), discute a possibilidade, nos dias de hoje, devido ao desenvolvimento das novas tecnologias, de os ouvintes, ou telespectadores, de um meio eletrônico, poderem participar na própria produção do conteúdo da comunicação: todos se tornam autores. Vamos, a partir de agora, tentar esclarecer e detalhar essas diferentes acepções da Teoria da Convergência.

A convergência, em sua primeira acepção, como processo de interação de mídias cria conexões, trocas e sobreposições entre computadores, telecomunicações e os meios tradicionais de comunicação. Pellanda (2003) destaca que já temos unidades móveis, como por exemplo, o aparelho celular, para suportar a convergência de mídias. Isso se dá quando unimos em um mesmo aparelho as funções de escrita, tocar e executar áudio, vídeo e o recebimento e captação de imagens, ao mesmo tempo em que essa ferramenta está em conexão sem fio com a Internet. Assim, a informação pode estar disponível diariamente, em todo lugar a toda hora, gerando um potencial gigantesco para a criação de demonstrações culturais. Já que o acesso ao material criativo está disponível constantemente, atuando no sujeito de forma direta, formando uma transformação da mídia, tornando a mídia em algo “invisível”.

A mídia passa a assumir, desse modo, uma característica “invisível”, onipresente, que age no sujeito continuamente. Por estar em todas as partes, ela passa despercebida e começa a criar um novo ambiente de comunicação. A Internet pode manter as pessoas conectadas onde elas quiserem, estilo “*always on*”, sem descanso ou desligamento (PELLANDA, 2003). A mídia está sempre no bolso, esperando para ser acessada, acessando o sujeito, fazendo parte dele. Nesse contexto, perde-se o cordão umbilical com o computador pessoal. Por haver a conexão sem fio, o aparelho se torna um “apêndice”, um órgão do corpo, acoplado constantemente no corpo, na mente e no âmago do sujeito. Pellanda (2005) reflete sobre a rede que se forma devido a uma conexão sem fio com a Internet, por estarem os pontos de ligação soltos no espaço físico. Portanto, a rede é mutante, possui diversos formatos ao longo das relações ali estabelecidas.

Essa idéia de mobilidade é o cerne para a compreensão de uma mídia em constante interação com o ser, já que em qualquer lugar pudemos nos conectar com pontos distantes, com notícias de outros continentes. Em qualquer lugar pudemos ser senhores do nosso aprendizado. Desse modo, a idéia que “educar é viver” ganha componentes importantíssimos, pois além da experiência cotidiana, pudemos ter acesso imediato às informações que subsidiem nossas dúvidas, que clareiem os nossos questionamentos. Ser educando é ser investigador.

Já a segunda acepção mostra que esses diferentes meios de comunicar a mensagem dão a ela destaque e importância na comunicação. Segundo Negroponte (1999), a mensagem

pode apresentar vários formatos derivando automaticamente dos mesmos dados. O foco na mensagem é o que importa e o que acentua a segunda definição da teoria: ela ressalta a compreensão multifacetada dos fatos. Conforme Pellanda (2004), a convergência de mídias se dá quando em um mesmo ambiente estão presentes elementos de linguagem de duas ou mais mídias interligadas pelo conteúdo. Esses diferentes meios de comunicar a mensagem dão a ela destaque e importância na comunicação. Assim, nesse contexto, nasce a idéia de que o meio perde a posição de ator principal, cedendo o palco para a mensagem em si.

Portanto, a mensagem determina a forma em que será transmitida. Quando se pretende transmitir algum acontecimento, o interessante é pensar qual é a linguagem adequada para o fato. A escolha da linguagem para a transmissão se baseia na melhor maneira para se repassar a notícia. A mensagem pode ser desde uma propaganda, uma notícia sobre um acidente de carro, ou até sobre movimentos e lutas sociais, ações de solidariedade, campanhas políticas e apresentações artísticas. O conteúdo é o que vai determinar a maneira de se repassar a mensagem, a melhor maneira de compreender a informação para que ela suscite uma reflexão por parte do receptor.

Essa reflexão gera um lugar para pensarmos outras formas de mídia, diferente da relação transmissão-recepção, linear, estática. É aqui que entra uma terceira concepção de TC. Nesse contexto, o que não podemos ou não sabemos fazer sozinhos, agora podemos fazer coletivamente. Para compreender essa nova forma de fazer cultura temos que pensar em uma Convergência Participativa, um nome bom para designarmos essa prática na qual os sujeitos têm papel ativo. Eles criam comunidades de discussões, fóruns, rede de relacionamento que potencializam assuntos com as mais variadas temáticas. Essas comunidades são mantidas pela produção mútua e pela troca recíproca de conhecimento. Funcionam das mais diversas maneiras: como mesas redondas ou palestras, o que abre a oportunidade de qualquer sujeito se manifestar. Fazem-se reuniões de pessoas das mais diversas localidades, gênero, orientação sexual, escolaridade, capacidade financeira, em centros de produção de saber, de conhecimento. Para Pierre Lévy (1994), a região virtual em que ocorrem essas trocas se denomina de espaço cibernético, um conceito que já vínhamos referindo. Mas afinal, o que é esse espaço cibernético?

É um novo espaço de relações e funcionamento das ações humanas, que se torna consolidado devido à gama de informações disponíveis e à possibilidade de interações que

elas constroem dentro de uma conexão à Internet. Conforme Lévy (1994), esse espaço é uma instauração de uma rede de todas as memórias informatizadas de todos os computadores. Todas essas notícias, discussões e afins estão informatizadas e conectadas com o resto do mundo, a partir da Internet. Informações, segundo o autor, que se materializam ao se constituírem como bits de informática, os quais são microestruturas desse espaço cibernético. O objeto formado por moléculas de matéria, que seriam os bits, ganha fluidez para as mensagens e possui possibilidade de uma circulação muito rápida. A convergência participativa é um processo intrínseco ao conceito de comunicação em rede.

A Teoria da Convergência está inserida em um contexto no qual existem vários pontos de transmissão e vários de recepção, formando uma rede. Assim, a informação não é repassada de maneira linear, e sim de maneira transversal, multiplicada por vários pontos de recepção, nos quais cada um pode trabalhar também como ponto de transmissão. Nisso, a relação é ativa, em rede, multiplicados os pontos em que todos se relacionam com todos, gerando uma nova forma de criar. Sendo assim, o espaço cibernético é entendido como espaço virtual, em que a comunidade conhece a si mesma e conhece seu próprio mundo. Ou seja, trata-se de um espaço de saber vivo e dinâmico, pois contém infinitas possibilidades, diversas potencialidades (LÉVY, 1994).

Nesse espaço cibernético, nessas comunidades há os interesses emocionais de um número enorme de sujeitos. Segundo Jenkis (2008), essas novas comunidades são difundidas por sujeitos voluntários, temporários e estratégicos, e reguladas através do investimento emocionais e aprimoramento intelectual de seus participantes. Os membros podem mudar de um grupo para outro, à medida que mudam seus interesses eles migram para novas áreas de construção de saber, participando de mais de uma comunidade ao mesmo tempo. Nesses lugares se supõe que cada sujeito tem algo a contribuir. Conforme Jenkis (2008), essa mobilização de conhecimento e de criação gerariam uma Inteligência Coletiva, a qual seria a soma total das informações retidas individualmente pelos integrantes das comunidades que podem ser acionadas para tentar resolver problemas específicos, ou responder às mais diversas perguntas. A potencialidade de uma inteligência assim se dá no fato que as questões passíveis de resolução dentro de uma estrutura de inteligência como essa são ilimitadas e profundamente interdisciplinares, deslizam e escorregam através de fronteiras e usufruem do conhecimento dos mais diversos sujeitos.

A Teoria da Convergência está ambientada no espaço cibernético, o qual destaca-se por ser um ambiente participativo e no qual os sujeitos escrevem a sua própria história com ajuda e apoio de comunidades de relacionamentos ou de saber. Essa idéia da participação, essa criação na mão do sujeito, que passa a ser autor nos meios de comunicação, gera uma nova concepção de mídia: a Mídia Social. Portanto, a seguir vamos tentar desvendar esse novo conceito de mídia.

3) Mídia Social: o caminho para a democracia.

O espaço cibernético e seus participantes começam a aceitar e a proliferar uma nova forma de mídia, a Mídia Social. Esse é o ambiente mais propício para as práticas de troca, de participação e de diálogo que os sujeitos estabelecem dentro do espaço cibernético. Os sujeitos podem compartilhar experiências e dissipar conteúdo, já que o acesso a essas informações é facilitado pelos aparelhos como os celulares, por exemplo, que possibilitam uma demonstração cultural quase instantânea. Produz-se assim o desejo de expor algo. A Mídia Social é um exemplo concreto da terceira acepção da TC, que fala de uma convergência participativa. Porém, além dessa característica principal da Mídia Social de estar no espaço cibernético e ser promovida dentro da TC, devemos destacar outras quatro características que fazem com que algo (algum *site* ou comunidade virtual) possa ser, ou não, definido como parte integrante dessa Mídia Social.

Primeiramente, precisa haver uma comunicação em forma de conversação e não de monólogo. De acordo com Kiso (2007), essa mídia deve facilitar a discussão bidirecional, com pouca ou nenhuma moderação do que se expressa, e sem censura. As expressões e opiniões expostas nas comunidades não devem ser julgadas como questões valorativas, a não ser em caso de agressão a algum outro participante. Como são seres humanos formando idéias, as desavenças podem acontecer, mas precisam ser baseadas no respeito entre os sujeitos.

Além disso, há uma segunda característica que é a idéia como já comentei do sujeito como protagonista das ações. Sendo assim, grandes teorias, opiniões, crenças, marcas, produtos ou empresas vão ser julgados cotidianamente, debatidos de forma recorrente. Portanto, a idéia deve ser realmente competente, para se sustentar mediante as opiniões

diversas, ou seja, o grau de qualidade do que se quer expressar aumenta. O sujeito está mais exigente, quer fazer valer o seu tempo e só vai se interessar em algo onde ele já for conhecido e validado dentro das comunidades virtuais.

Com essa compreensão de competência passa-se ao foco da transparência de, por exemplo, uma marca de produto, que é uma terceira característica de uma mídia social. Ela deve ser honesta e deixar seus consumidores avaliarem seus conteúdos de acordo com as vontades e conhecimento de cada um. Conforme Kiso (2007), “as marcas precisam ser transparentes para que as pessoas se disponham a consumir seu conteúdo. É deixar as pessoas escolherem e criarem seu conteúdo e relacionamentos, ao invés de ser forçado a isso”. Uma teoria só vai ser “vendida” para o sujeito se assim ele quiser, se ele quiser absorvê-la.

Por último, ressaltamos a importância da distribuição em contrapartida da centralização. Os sujeitos que atuam nessas comunidades são muito variados, a proposta dessa mídia é de ser altamente distribuída e constituída de centena de milhares de vozes, tornando as informações muito mais ricas e heterogêneas. Ao falar em distribuição, ressaltamos que só pudemos manter tal forma de atuação em contextos de rede.

Essa idéia de rede propõe uma descentralização do poder. A idéia de descentralização é oposta ao que vemos atualmente nas comunicações. Segundo Betinho (1994), a concentração, ou a centralização, – seja de poder, ou de informação – cria a possibilidade de uma relação autoritária. Conforme o autor, o poder está ligado a uma relação de dominação. E pudemos pensar que na idéia das tecnologias da comunicação em massa como a Televisão, a mensagem sempre ficou na mão e dentro dos interesses de poucos, dos grandes “donos das mídias”. Sendo assim, a proposta da Convergência como Mídia Social busca uma disseminação do poder. A descentralização é uma aposta na criatividade, na autonomia e na liberdade do sujeito e de suas práticas. Sendo assim, a distribuição da informação, estando nas mãos de milhares de autores, incentiva um estilo de poder democrático, instiga uma democracia nas relações.

Dentro dessa nova mídia, pudemos começar a pensar que ela formaria a possibilidade de ser um ambiente para a instalação de espaços de resistência. Um espaço de resistência contra a monopolização dos meios de comunicação. A mídia brasileira serve de exemplo claro de centralização do poder de informação nas mãos de poucos. Convivemos, no nosso país, com uma mídia tradicional, na qual a televisão tem a principal influência em relação ao

formato e ao conteúdo do que é vinculado. Conforme destacam Guareschi e Biz (2007, p.46), “entre os meios de comunicação, a mídia televisiva é a que detém maior abrangência e receptividade, constituindo-se para a maioria dos cidadãos brasileiros, na principal, senão única fonte de informação”.

No contexto brasileiro, a televisão aberta virou a mais importante via de comunicação das pessoas com os acontecimentos de toda uma região, do país e do mundo. Vale ressaltar, ainda, acerca da democratização da comunicação, que “o cerne da questão está na apropriação e concentração da mídia nas mãos de poucos” (GUARESCHI; BIZ, 2007, p.71). Essa prática se apresenta como um *Coronelismo Eletrônico*, em que grandes grupos familiares, munidos de cargos políticos, usam os meios de comunicação em próprio favor, construindo um monopólio midiático e impossibilitando qualquer democratização da mídia. A realidade é que a maioria dos meios é controlada por conglomerados, fazendo com que as informações apresentadas à maioria maciça da população tenham pouca diversidade. Contra essa monopolização, devemos promover uma mídia descentralizada.

Liberdade de comunicação interativa, combinada à facilidade de uso das ferramentas para fazê-lo e a uma arquitetura participativa em redes, forma a base da receita para que as plataformas de mídias sociais possam ser classificadas como uma das mais influentes formas de mídia até hoje criada. Na versão interativa da Internet é possível fazer muito mais com muito menos e isso é muito poderoso. Um exemplo conhecido de plataforma de mídia social no espaço cibernético é a Wikipédia, que é uma enciclopédia multilíngue *on-line* livre colaborativa, ou seja, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns de diversas regiões do mundo, todas elas voluntárias. Esse *site* da *web* possui milhares e milhares de artigos, ele está disponível em 257 idiomas ou dialetos, com um total de 7,5 milhões de artigos. O número total de páginas se aproxima dos 24 milhões e incluem imagens, páginas de usuários, páginas de discussão, etc. O *site* possui a liberdade necessária para que o sujeito comum, um usuário do espaço cibernético possa acessar e produzir no *site*. Há os mais variados artigos sobre centenas de milhares de temáticas. A enciclopédia não é apenas um glossário mais sofisticado, é uma nova maneira de se produzir conteúdo. Com um *click* do mouse pode-se participar na formação do saber, escrevendo sobre o que se sabe, sobre aquilo que se deseja, sobre a área que se domina.

A participação, que é a terceira acepção da TC, uma convergência participativa, ganha novos patamares na Mídia Social. A Wikipédia é apenas um exemplo de plataforma de mídia social, porque ela é extremamente completa, segundo o seu próprio *site*, ela possui: dicionário multilingüe com mais de 20 mil verbetes; coleção de livros de conteúdo livre; coletânea de citações sobre os mais diversos personagens históricos; repositório de documentos originais; banco de armazenamento de imagens, sons e vídeos; notícias de conteúdo livre escritas pelos usuários; e diretório de espécies de animais e plantas entre outros organismos vivos. Nesse exemplo de mídia social, prevalece a instantaneidade da criação; o termo “*wiki*” no idioma havaiano quer dizer rápido, e é empregado para designar uma coleção de páginas de hipertexto - que se caracterizam por incluir mais informação ao texto original e serem visitadas e modificadas por qualquer um, livremente.

A participação de qualquer usuário do espaço cibernético é essencial, é determinante, é a única maneira segundo a qual o *site* se propõe a funcionar. Conforme Hellmann (2008), outros exemplos de plataformas da mídia social são: MySpace, Orkut e Facebook (redes sociais), Twitter e Jaikue (*microblogs*), YouTube (compartilhamento de vídeo), Second Life (realidade virtual), Upcoming (eventos), Digg, Reddit e Propeller (notícias compartilhadas), Flickr e Zoomr (imagens compartilhadas), Blogtv, Justin.tv, Ustream (*livecasting*), Stickham, YourTrumanShow (seriados em vídeo *on-line*), Izimi Pownce (mídia compartilhada), del.icio.us (*bookmarking*) e World of Warcraft (jogo *on-line*). Esses nomes podem parecer novos e estranhos, mas são o futuro sendo escrito no espaço cibernético por milhões de usuários, por milhões de cidadãos. O poder está nas mãos do sujeito, ele escreve a sua história e tudo aquilo que quiser compartilhar dentro da rede mundial de comunicação. Pode ser em uma enciclopédia *on-line*, em uma rede social para outros sujeitos, ou em jogos de realidade virtual. O sujeito pode partilhar o seu mundo, o seu olhar. Tudo isso dentro das infinitas possibilidades do espaço cibernético.

O espaço cibernético, no qual está inserida a Mídia Social, possibilita, como já refletimos, uma descentralização do poder, ou seja, um lugar da resistência a favor de meios de comunicação mais democráticos. Sendo assim, dentro da rede mundial de computadores podemos sonhar com um outro mundo possível para as comunicações. Porém, devemos lembrar o alerta que Coimbra (2008) trazia sobre a reflexão de Saramago, no Fórum Mundial Social, de que o outro mundo não deve ser uma Utopia e sim uma ação no presente, no aqui e

agora. Com a Mídia Social, estão sendo afirmados e experimentados os caminhos que se fazem no próprio ato de caminhar, nas próprias práticas que construímos e reinventamos a cada dia, em prol de relações mais democráticas nas comunicações.

Esse novo paradigma de fazer mídia surgiu nos corações e mentes de cidadãos que começaram a se relacionar em rede e a produzir conhecimentos, que somados formam a Inteligência Coletiva, a junção de diversas facetas e compreensões em busca de uma resposta, que pode se transformar numa força transformadora. Coimbra (2008) parabeniza essas criações que ocorrem de maneira dinâmica e sem controle ou sem um plano pré-estabelecido exato, quando afirma que o importante é viver as experiências do dia-a-dia. As questões que interessam a todos os cidadãos devem ser construídas de experiências concretas, na luta de novos sujeitos implicados em práticas que engendram novos modos de subjetivação.

Esses novos modos de subjetivação ocorrem em espaços de resistência. Conforme Coimbra (2008), resistência não é apenas uma ação contra modelos vigentes, como a monopolização dos meios de comunicação, e sim se estabelece como uma outra forma de existir. Coimbra (2008, p. 16) enfatiza que vê a “resistência enquanto afirmação de processos inéditos de vida”. Resistir, resistir fazendo mídia, produzindo cultura, manifestações culturais, ultrapassa a via única da oposição a algo, instiga a criação, a arte, a produção de rupturas. Resistir é afirmar a vida, construir valores novos, criar possibilidades fora dos padrões já estabelecidos. É uma mudança de paradigmas. A Mídia Social acontece não em um mundo futuro e sim no cotidiano, na criação de vias e estradas de ações imediatas.

Ela gera uma Utopia de uma nova forma de poder, de uma democracia verdadeiramente democrática. Afirma uma idéia de democracia que não fica no horizonte distante esperando ser alcançada, mas que é promovida no dia-a-dia, nas novas relações de troca, e no empoderamento do receptor de informação surgindo como autor, como artista da informação. Essa democracia busca outras lógicas, outras realidades, processo esse muito ligado à idéia de resistência (COIMBRA, 2008). Vamos, então, aprofundar essa idéia de democracia, já que o objetivo central é propor aqui uma ferramenta para a democratização dos meios. Afinal, de que democracia se fala?

4) Como seria uma autêntica democracia?

Discutimos sobre as diferentes acepções da TC e sobre o contexto em que elas estão inseridas: o espaço cibernético. Nesse contexto em rede é gerada a Mídia Social, que, através do diálogo, do sujeito como protagonista, da transparência e da descentralização, busca ser uma ferramenta de democratização dos meios de comunicação. Democratização só pode existir com a promoção de formas de poder mais justas. Segundo Betinho (SOUZA, 1994), poder democrático é o poder sem o domínio. Para o autor (1994, p. 20), o poder democrático “é aquele que tem gestão, tem controle, mas não tem domínio, nem subordinação, não tem superioridade, nem inferioridade”. Na rede há saberes diferentes e não melhores e piores. O poder democrático exige um sistema baseado em uma verdadeira democracia. Sendo assim, defino democracia a partir da lógica desse autor, o sociólogo Betinho.

Democracia, para Betinho (SOUZA, 1994), seria um sistema em que o privado, o estatal e o público convergem, um sistema que se preocupa e faz uso dessas três instâncias. O privado se constitui das relações intrínsecas e íntimas do sujeito; o estatal sendo os poderes do Governo, do Estado, como o Legislativo, o Judiciário e o Executivo; e o público como sendo qualquer espaço em que se faz a sociedade, em que se relacionam e se subjetivam os sujeitos, em que as ações de alguns influenciam a vida de todos. Mas, o destaque da concepção sobre democracia de Betinho vem da noção de que a democracia só pode existir de forma verdadeira e eficaz se proteger e incentivar cinco princípios fundamentais: liberdade, participação, diversidade, solidariedade e igualdade (SOUZA, 1994).

Liberdade se configura na ausência de submissão, mas não só isso, e sim na possibilidade de expressão do sujeito em sua forma autêntica. Na espontaneidade, criatividade, autonomia das pessoas de ir e vir, chorar, sorrir, discutir, amar, ou seja, viver. E não apenas sobreviver. Liberdade atinge a sede por educação, por fazer a pergunta. Ao falarmos de liberdade nos remetemos às reflexões de Guareschi (2005), acerca do tripé da dignidade humana: a consciência, a liberdade e a responsabilidade. Para o autor esse tripé forma as dimensões do sujeito para o ato de educar, o ato de fazer a pergunta. Ressaltamos aqui que o que nos leva a fazer a pergunta é um sofrimento, uma sensação de que algo nos falta e que, portanto, gera a necessidade de alívio desse sofrimento, com a realização das perguntas e o alcance das respostas conseqüentes. A pergunta inicial começa acerca do “quem sou eu”, que leva à discussão do que significaria e constituiria o tripé da dignidade humana,

questionando o que seria a consciência. Assim, propomos pensarmos um pouco mais a fundo sobre esse tripé da dignidade humana.

Primeiramente, antes de falar sobre a consciência, devemos compreender o que nós somos, quem nós somos, para então mergulharmos nas raízes do nosso ser. Somos frutos do ambiente em que fomos criados, dos pais que tivemos, das influências e modelos que nos foram passados, para finalmente chegarmos ao estágio atual de nossa constituição. Do ponto de vista psicossocial, consciência é a capacidade de obtermos respostas para as questões que fazemos a nós mesmos, quer seja sobre o que nós somos de fato, quer seja sobre os aspectos que nos influenciaram ao longo da vida. Quanto mais conseguimos responder a essas questões, mais somos dotados de consciência, sendo esse processo algo infinito e a nossa maturidade é alcançada à medida que vamos obtendo respostas. Quem não se faz a pergunta, não possui consciência do ponto de vista psicossocial e, portanto, não pode aprofundar o conhecimento sobre si mesmo.

Portanto, com a consciência, o sujeito atinge uma liberdade que só é alcançada através de quem possui a consciência (relação inversa), e a responsabilidade passa por esses dois vieses psicossociais. Para alcançar a responsabilidade, é necessário que haja uma motivação, para impulsionar uma ação de resposta. Essa motivação pode provir ou de situações internas do sujeito, que regem as “leis” da consciência da pessoa e do bom funcionamento de seu organismo, no qual a ação de resposta – responsabilidade - gera algo dentro da própria pessoa; ou de situações externas, algo que está “acima” do ser humano, como por exemplo, as leis instituídas nas sociedades, que geram resposta no sujeito e no grupo como um todo, não dependem de intervenções advindas do próprio ser humano e seu organismo. A primeira gera responsabilidade no sujeito em si, sendo ele parte da sociedade, no qual a ação resultará em mudanças nele mesmo que, de um modo geral, contribuirão para o bom convívio dele nesta sociedade; é uma consciência que leva à liberdade e que, por sua vez, leva a essa responsabilidade que parte de dentro. A segunda provém de uma responsabilidade no qual o sujeito é submetido, condicionado, que se fundamenta em regulamentações, condicionamentos, estímulos externos, como castigos e recompensas.

Em uma democracia como a postulada por Betinho (SOUZA, 1994), a liberdade é o princípio primeiro desse sistema. Já participação fala da ação do cidadão, de colocar em prática, em gesto, em luta os seus interesses, os interesses da sua comunidade, sendo que

esses interesses são sempre transpassados, embebidos, enraizados, influenciados, inspirados em outros tantos espalhados pelos caminhos do mundo. Cidadão seria o sujeito que tem consciência dos seus direitos, e deveres, alguém que cobra e propõe, que se organiza com outros para revolucionar, reformar e tantas outras formas de propor mudanças e alternativas para a sociedade (SOUZA, 1994). Segundo Araújo (2007), a participação é o primeiro passo para consolidar uma democracia capaz de garantir direitos a todos os cidadãos. A participação não pode ser uma possibilidade aberta apenas a alguns privilegiados. Ela deve ser uma oportunidade efetiva, acessível a todas as pessoas. Só com participação, podemos gerar um cidadão ativo que possa usufruir as tecnologias em rede e da Mídia Social para fazer valer os seus direitos.

A idéia de sujeitos transpassados por outros, nos faz pensar na diversidade. Na concepção que há muitas diferenças de ser humano para ser humano, mas as pessoas podem ser iguais, mesmo sendo diferentes. Ser diferente não deve significar ser fora do dito como normal, do visto como padrão, o diferente apenas apresenta alternativas de estilos de vida, de experiências, de culturas. Já na idéia do diferente como não sendo o anormal, nos deparamos com a necessidade de ações, de emoções e teorias encharcadas pelo princípio da solidariedade, um gesto de solidariedade promove um mundo sem desigualdade, vai contra o pré-conceito, o desrespeito. A solidariedade produz uma cidadania plena, pois nos vimos no lugar do outro, procuramos compreender sua beleza, sua tragédia, sua essência e existência. E além de o vermos, nos preocupamos com ele. Um gesto de solidariedade é uma mudança no paradigma. Segundo Betinho (1994, p. 24), a solidariedade é como “um olhar novo que questiona todas as relações, todas as teorias, propostas, valores e práticas, restabelecendo as bases de uma reconstrução radical de toda sociedade”.

Esse novo olhar irá promover a comunidade ao invés do sujeito, irá dar prioridade ao diálogo em vez da imposição de idéias. Já a igualdade seria então o direito que todos, sem discriminação de cor da pele, orientação sexual, estilo de vida, condições financeira, têm de serem vistos e incentivados como seres humanos livres, dignos, capazes e merecedores (SOUZA, 1994). Conforme Betinho (SOUZA, 1994), a igualdade é produtiva e importante, mas deve estar associada com os outros princípios. Sem participação, sem liberdade, não há a aceitação das diferenças, nem o interesse pelo social. Portanto, a busca da verdadeira da

democracia é um exercício contínuo, desafiante, que precisa ser permeado por atitudes e relações que transmitam as suas cinco características fundamentais.

5) Considerações finais.

Uma democracia é uma Utopia, mas uma Utopia que deve ser semelhante ao horizonte, nunca alcançado, porém sempre perseguido por aqueles que desejam mudança, por aqueles peregrinos que compreenderam que não há apenas um caminho. Sendo assim, vale ressaltar que, uma democracia verdadeira tem suas raízes nas atitudes dos sujeitos, nas atitudes que respeitam o outro, que cultivem políticas de tolerância, solidariedade e paz, e partem da aprendizagem de cada um. Essa aprendizagem deriva do tipo de prática educativa à qual esse sujeito teve acesso, e a partir da cultura na qual ele está inserido. Nesse texto privilegiamos uma cultura de solidariedade e uma prática educacional libertadora que só podem se fortalecer em um espaço em que há subsídios para a manifestação dessas duas instâncias.

O espaço cibernético, com a sua imensa gama de dados, propõe ser bem mais que uma gigantesca biblioteca de informações virtuais e de um ambiente de relacionamentos e trocas. Ele é também um enorme espelho. Espelho esse que reflete os anseios, as opiniões, as notícias, as histórias de mais diversos povos, de mais diversas comunidades. Por ser um espelho, funciona como recurso para o autoconhecimento do sujeito. Ele pode procurar na Internet espaços para se expressar, sobre a história da sua família, da sua cidade, da sua profissão. As informações que nos primórdios dos tempos eram passadas nas rodas de conversa, ao redor do fogo ou do alimento, hoje são transmitidas em um gigantesco Coliseu romano virtual. No centro há a mensagem, e na sua volta há os sujeitos, prontos para se relacionar com ela. A metáfora do Coliseu é adequada devido ao impacto que o espaço cibernético pode ter, mas ele funciona como uma teia de aranha, interligada de maneira íntima, única, singular. Com seus pontos interligados. Um espaço de interação, mas mais ainda: de constante participação.

Essa constante participação está no centro da idéia de convergência participativa. Essa convergência coloca o poder no sujeito, e ele se torna responsável por aquilo que partilha, por aquilo que produz; ele mesmo escolhe o melhor meio para transmitir as suas mensagens. Essa

nova forma de concepção de mídia ultrapassa a relação linear transmissão-recepção, coloca a relação com forma de diálogo, mas um diálogo que pode levar a transformações. A velha forma da Filosofia, em que tese e antítese geram uma síntese, se atualiza no espaço cibernético. Participar é a estratégia do presente. Assim como para Betinho (SOUZA, 1994), a participação é fundamental para a valorização da cultura. E conforme esse autor (1994, pág.17) “é pela brecha da cultura que podemos dar o salto para o reencontro do país com a sua cara”. Nessa afirmação Betinho falava sobre os cidadãos brasileiros, em sua busca pela dignidade como povo. Mas na idéia da convergência participativa devemos extrapolar limites e ter uma visão planetária. O poder da participação tem alcance global. Se, como ressalta Jenkis (2008), conglomerados de mídia como grandes redes de Televisão podem ser influenciados pela voz da audiência, porque leis e atos políticos não podem ser modificados pela participação direta de cidadãos? O espaço cibernético é a arena dessa participação, é o globo virtual. Sendo assim, ele é o palco da contemporaneidade, o palco dos usuários ativos e não apenas receptores.

Na construção desse espaço como ambiente excelente para a verdadeira democracia dos meios de comunicação, está a Mídia Social, com as premissas do diálogo, do sujeito como protagonista, da transparência e da descentralização. Essas atitudes e visões básicas da Mídia Social se relacionam intrinsecamente com as cinco características de uma verdadeira democracia: liberdade, participação, diversidade, solidariedade e igualdade. A Mídia Social, que é fundamentada na Teoria da Convergência, é um ambiente ecumênico, de tolerância, no qual cada comunidade, grupo ou sujeito mantém as suas características, mantém seu desejo, mas deve possuir uma atitude aberta ao diálogo com o outro. Só assim os meios de comunicação podem ser democratizados, serão verdadeiramente democráticos. O espaço de interação deve garantir que todos tenham seu espaço para serem diferentes, mas se respeitando. A partir da cultura da solidariedade irão trocar, compartilhar informação, para que com uma maior quantidade, qualidade e circulação de informações o sujeito possa ter a chance de ter os subsídios e se empoderar. Ele pode e deve tomar em suas mãos a mensagem, modelá-la, investigá-la. Só conhecendo aquilo que nos está sendo dito e o que estamos dizendo, podemos ser sujeitos dignos, não apenas receptores, não passivos, não uniformes, não excluídos, mas dignos. A idéia de que todos devemos ter nossa dignidade protegida é uma idéia que sempre foi e sempre será revolucionária.

Referências

- ARAÚJO, Odair José Moura de. (2007). *Escola, Participação e Cidadania*. Recuperado em 23 março 2009, de <http://www.webartigos.com/articles/1188/1/escola-participacao-e-cidadania/pagina1.html><http://www.webartigos.com/articles/1188/1/escola-participacao-e-cidadania/pagina1.html>.
- COIMBRA, C.M.B. (2008). As Práticas de Psicologia Social com (o) movimentos de resistência e criação. In: BONAMINGO, I.S. & TONDIN, C.F. & BRUXEL, K. (Org.) *As Práticas de Psicologia Social com(o) movimentos de resistência e criação*. Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília. Recuperado em 20 abril 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.
- GUARESCHI, P. & BIZ, O. (2007). *Mídia e Democracia* (4. ed.). Porto Alegre: Evangraf.
- GUARESCHI, P. (2005). *Psicologia Social Crítica-como prática de libertação* (3. ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- HELLMANN, G. (2008). *O que é Mídia Social?* Recuperado em 17 março de 2009, de <http://www.webartigos.com/articles/5560/1/o-que-e-midia-social/pagina1.html>.
- KISO, Rafael. (2007). *Mídia social não é mais uma simples tendência*. Recuperado em 20 abril, 2009, de <http://webinsider.uol.com.br/index.php/2007/06/05/midia-social-nao-e-mais-uma-simples-tendencia>.
- JENKIS, H. (2008). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.
- LÈVY, P. (1994). *A emergência do cyberspaço e a mutações culturais*. Palestra realizada no Festival Usina de Arte e Cultura, Porto Alegre. Trad. Suely Rolnick.
- NEGROPONTE, N. (1999). *A Vida Digital*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PELLANDA, E.C. (2004, setembro) . *Ambiente Midiático Potencializado pela Convergência de Mídias e Internet Móvel*. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre - RS, setembro de 2004, 27.
- _____ (2003, setembro). *A convergência de mídias potencializada pela mobilidade e um novo processo de pensamento*. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003, 26.

_____ (2003, setembro). *Convergência de mídias potencializada pela mobilidade e um novo processo de pensamento*. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003, 26.

_____ (2005). *Olhar complexo sobre a Internet móvel e o rompimento do cordão umbilical com a informação*. V Bienal Iberoamericana de Comunicacion. México.

SOUZA, H. (1994). *Ética e Cidadania* (5. ed.). São Paulo: Moderna.